

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)																																																																																																																																																																																					
Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido																																																																																																																																																																													
Ativo		Nota	2022	2021		Nota	2022	2021		Nota	2022	2021																																																																																																																																																																									
<b>Circulante</b>					<b>Receita operacional líquida</b>	<b>13</b>	<b>253.690</b>	<b>200.045</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>																																																																																																																																																																												
Caixa e equivalentes de caixa	3		66.571	43.808	Custo dos serviços prestados	14	(198.372)	(147.529)	Aumento de capital social	12	50.000	–																																																																																																																																																																									
Titulos de capitalização			–	25	<b>Lucro bruto</b>		<b>55.318</b>	<b>52.516</b>	Plano de opção de compra de ações	12	–	2.195																																																																																																																																																																									
Contas a receber de clientes	4		55.241	39.579	<b>Despesas operacionais</b>				Prejuízo do exercicio	–	–	(36.379)																																																																																																																																																																									
Impostos a recuperar	5		8.410	8.022	Com vendas	14	(3.708)	(1.915)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>																																																																																																																																																																												
Adiantamentos a fornecedores			760	931	Gerais e administrativas	14	(58.893)	(69.155)	Aumento de capital social	12	1.000	–																																																																																																																																																																									
Estoque			4.108	2.113	Outras receitas (despesas)				Reserva de capital	12	–	56.000																																																																																																																																																																									
Outros ativos			1.086	1.691	operacionais, liquidas	14	(1.616)	15	Plano de opção de compra de ações	12	–	1.653																																																																																																																																																																									
<b>Total ativo circulante</b>			<b>136.176</b>	<b>96.169</b>	Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(8.899)	(18.540)	Prejuizo do exercicio		–	(35.984)																																																																																																																																																																									
<b>Não circulante</b>					Resultado financeiro				<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>																																																																																																																																																																												
Depósitos judiciais	11		78	39	Receitas financeiras	15	4.362	2.451																																																																																																																																																																													
Outros investimentos – obras de arte			2.376	2.031	Despesas financeiras	15	(31.447)	(20.290)																																																																																																																																																																													
Imobilizado	6		96.203	100.368	Prejuizo antes do IRPJ e da CSLL		(35.984)	(36.379)																																																																																																																																																																													
Direito de uso	7		90.090	77.100	<b>IRPJ e contribuição social</b>	<b>16</b>	<b>–</b>	<b>–</b>																																																																																																																																																																													
Intangível			4.381	1.884	<b>Prejuizo do exercicio</b>		<b>(35.984)</b>	<b>(36.379)</b>																																																																																																																																																																													
Despesas antecipadas			503	–	Prejuizo por ação		(0,0014)	(0,0014)																																																																																																																																																																													
<b>Total do ativo não circulante</b>			<b>193.631</b>	<b>181.422</b>	<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>																																																																																																																																																																																
<b>Total do ativo</b>			<b>329.807</b>	<b>277.591</b>																																																																																																																																																																																	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>																																																																																																																																																																																					
<b>Circulante</b>																																																																																																																																																																																					
Fornecedores	8		30.181	24.286	Prejuizo do exercicio		(35.984)	(36.379)																																																																																																																																																																													
Empréstimos e financiamentos	9		66.919	63.578	Outros resultados abrangentes																																																																																																																																																																																
Salários e encargos trabalhistas	10		8.209	7.417	Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		–	–																																																																																																																																																																													
Arrendamento mercantil	7		5.913	4.234	<b>Resultado abrangente total do exercicio</b>		<b>(35.984)</b>	<b>(36.379)</b>																																																																																																																																																																													
Obrigações tributárias e sociais			1.375	1.981	<b>tos de dívida:</b> A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, créditos, outros e mútuos e empréstimos inclusos nos ativos financeiros não circulantes. Mútuos e empréstimos têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável. <b>Passivos financeiros:</b> Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) Passivos financeiros a custo amortizados. A Companhia classificou seus passivos financeiros em aberto, substancialmente contas a pagar e fornecedores, como outros passivos financeiros. Passivos financeiros a custo amortizados são mensurados pelo valor do custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. <b>Baixa de passivos financeiros:</b> A Companhia baixa passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. <b>Juros sobre financiamentos:</b> A Companhia classifica os juros pagos sobre financiamentos como atividades de financiamento na demonstração de fluxo de caixa, conforme permitido pela regra contábil vigente. <b>d) Caixa e equivalentes de caixa:</b> Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e, se houver, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços, não superando o valor de justo. <b>e) Contas a receber:</b> A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. As perdas de crédito esperada (inadimplência) são calculadas de acordo com a média histórica de perdas. Estes percentuais variam de 0,1% a 1% para títulos a vencer (de acordo com o segmento de negócio) e 100% para títulos vencidos a mais de 360 dias. O critério adotado para provisão de perdas com glosas é baseado no percentual de 30% do saldo de glosa circulante, que representa a glosa que foi recurssada. Este percentual é revisado e estimado anualmente, com base na análise de recurso de glosas. <b>f) Estoques:</b> Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado do exercicio. <b>g) Imobilizado:</b> O imobilizado é mensurado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, conforme demonstrado abaixo:																																																																																																																																																																																
<b>Patrimônio líquido</b>					<b>Vida útil em anos</b>																																																																																																																																																																																
Capital social	12		170.055	169.055	Móveis e utensílios, instalações, máquinas e equipamentos hospitalares																																																																																																																																																																																
Reserva de capital e de opções	12		59.848	2.195	Computadores e periféricos	10																																																																																																																																																																															
Prejuízos acumulados	12		(133.735)	(97.751)	Benefícios	12,5																																																																																																																																																																															
<b>Total do patrimônio líquido</b>			<b>96.168</b>	<b>73.499</b>	Outras imobilizações	12,5																																																																																																																																																																															
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>			<b>329.807</b>	<b>277.591</b>	Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Os ganhos e perdas resultantes da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado, no exercicio em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados e ajustados, se apropriado, no encerramento de cada exercicio. Mais detalhes da movimentação vide nota explicativa nº 6. <b>Revisão das premissas do teste de impairment:</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos intangíveis e tangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum ajuste foi necessário. <b>h) Intangível: Pesquisa e desenvolvimento:</b> Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. <b>Gastos subsequentes:</b> Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. <b>Amortização:</b> A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados e amortização reconhecida no resultado. i) Direito de uso e passivos de arrendamentos: Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita nos contratos. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Existem ainda os contratos de baixo valor ou de curto prazo. De acordo com o CPC 06 (R2)																																																																																																																																																																																
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>																																																																																																																																																																																					
<b>1. Contexto Operacional</b> – Fundada em 16 de julho de 1973, a GIP Medicina Diagnóstica S.A. (“Companhia” ou “Femme”) tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Afonso Freitas, 188, bairro Paraíso. A Companhia é um laboratório de diagnóstico para mulheres e suas atividades principais são: atividade médica com recursos para realização de exames complementares, laboratórios clínicos, serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante (exceto tomografia), serviços de ressonância magnética e serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante (exceto ressonância magnética). A Companhia possui filiais situadas no município de São Paulo e Osasco dentro do Estado de São Paulo, na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, 10º andar, Paraíso (Unidade Preference), Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 228, térreo, 1º, 2º e 3º andares, Paraíso (Unidade Express), Avenida Irapueta, 2.401, Indianapolis (Unidade Moema) e Rua Cantagalo, 1.217, Vila Gomes Cardim (Unidade Tatapé). Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 200, 4º andar (Unidade Preference), Rua Salem Bechara, 140 (Unidade Osasco), Avenida Sumaré, 1.166 (Unidade Perdigões), Avenida Braz Leme, 1732 a 1738 (Unidade Santana), Avenida Adolfo Pinheiro, 1.835 (Unidade Santo Amaro), Avenida Paes de Barros, nº 1.875 (Unidade Mooca), Rua Cerro Corá, nº 1.675 (Unidade Alto da Lapa), Avenida Paulista, nºs 2.444 (conjuntos 1, 91 e 92), 2.448 e 2.452 (Unidade Paulista), além da expansão da unidade Tatapé e a unidade administrativa Rua Bernardino de Campos, 98 (Galeria). Em 2022, a Companhia inaugurou a filial da Rua Funchal, 537 (Unidade Vila Olímpia).																																																																																																																																																																																					
<b>Situação econômica e financeira:</b> Servindo atualmente milhares de clientes a cada mês, a Companhia realiza exames de imagem e análises clínicas em todas as suas unidades. Sua cobertura inclui todas as principais companhias de seguro de saúde do mercado brasileiro. A qualidade e a excelência do Femme são reconhecidas pelos operadores de saúde, médicos e clientes. A Companhia possui uma rede no Brasil de 5.027 médicos fidelizados (informação não auditada) e a Administração planeja continuar seu plano de expansão da Companhia em 2023. Devido a acelerada expansão da Companhia, atualmente há capacidade ociosa, o que está dentro da normalidade, uma vez que as unidades levam até 36 meses para maturar. As unidades inauguradas ao longo dos últimos anos (2021 e 2022) ainda estão no processo de maturação, por exemplo. Além disso, a Companhia vem desenvolvendo ações com sua área de núcleo de eficiência que está sempre buscando reduções de custo. Todas essas ações buscam anular os prejuízos atuais e alcançar lucros nos próximos anos. <b>2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis</b> – <b>2.1. Base para preparação:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras da Companhia incluem estimativas contábeis elaboradas utilizando diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. <b>2.2. Continuidade operacional:</b> A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. <b>2.3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas:</b> As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: <b>a) Moeda funcional e de apresentação:</b> As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. <b>b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:</b> As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercicio social, estão contempladas a seguir. <b>c) Instrumentos financeiros:</b> Ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercicio. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados estão divulgados na nota explicativa nº 4. <b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:</b> Ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esses ativos compreendem caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui derivativos contratados para fins de proteção de variação cambial de empréstimo contratado em moeda estrangeira, conforme apresentado na nota explicativa nº 18. <b>Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos</b>																																																																																																																																																																																					
<b>esse tipo de contrato deve ser registrado diretamente no resultado do exercicio. São classificados como arrendamentos de curto prazo aqueles com um prazo inferior a 12 meses. Já os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. j) Imposto de renda e contribuição social:</b> A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercicio. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercicios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente nas datas dos balanços. A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido. Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência. Devido ao histórico de prejuízo acumulado, e diante da incerteza futura se haverá lucro tributável, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos não estão registrados nos balanços. Vide Nota Explicativa nº 16. <b>k) Provisões:</b> Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança. <b>l) Apuração do resultado:</b> O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência do exercicio. A receita de serviços é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de prestação de serviços é apresentada líquida dos impostos e eventuais perdas com glosas. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições sejam satisfeitas: O valor da receita pode ser confiavelmente mensurado; É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; O estágio de execução da transação até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurado; e Os custos e as despesas incorridos com a transação, assim como os custos e as despesas para concluí-la, podem ser confiavelmente mensurados. <b>m) Resultado por ação:</b> O prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado do exercicio atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercicio. <b>n) Pagamento baseado em ações:</b> Reconhecido como despesa no resultado, pelo valor justo, durante o exercicio no qual o direito é adquirido, após o atendimento a determinadas condições específicas, conforme nota explicativa nº 12.b). Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercicio que não se baseiam no mercado. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das transações baseadas em ações e liquidadas em ações estão descritos na nota explicativa nº 12.b). O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. <b>2.4. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:</b> Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:																																																																																																																																																																																					
<table><tr><th>Norma ou interpretação</th><th colspan="2">Descrição</th></tr><tr><td>CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020)</td><td colspan="2">Contrato de seguros</td></tr><tr><td>Alterações à CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (alterações)</td><td colspan="2">Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture</td></tr><tr><td>Alterações ao CPC 26 (R1)</td><td colspan="2">Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante</td></tr><tr><td>Alterações CPC 26 (R1) Declaração da Prática</td><td colspan="2">Divulgação de Políticas Contábeis</td></tr><tr><td>Alterações CPC 23</td><td colspan="2" rowspan="3">Definição de Estimativas Contábeis</td></tr></table>												Norma ou interpretação	Descrição		CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020)	Contrato de seguros		Alterações à CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture		Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante		Alterações CPC 26 (R1) Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis		Alterações CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis																																																																																																																																																									
Norma ou interpretação	Descrição																																																																																																																																																																																				
CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020)	Contrato de seguros																																																																																																																																																																																				
Alterações à CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (alterações)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture																																																																																																																																																																																				
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante																																																																																																																																																																																				
Alterações CPC 26 (R1) Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis																																																																																																																																																																																				
Alterações CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis																																																																																																																																																																																				
A movimentação do imobilizado é como segue:																																																																																																																																																																																					
<table><tr><th></th><th>Móveis e Utensílios</th><th>Instalações</th><th>Máquinas e Equipamentos</th><th>Computadores e periféricos</th><th>Equipamentos hospitalares (I)</th><th>Benefícios</th><th>Outras imobilizações</th><th>Obras em andamento</th><th>Total</th></tr><tr><td><b>Custo:</b></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td><b>Em 01/01/2021</b></td><td><b>6.974</b></td><td><b>984</b></td><td><b>908</b></td><td><b>4.985</b></td><td><b>41.298</b></td><td><b>35.424</b></td><td><b>411</b></td><td><b>697</b></td><td><b>91.681</b></td></tr><tr><td>Adições</td><td>3.099</td><td>890</td><td>760</td><td>2.850</td><td>18.625</td><td>9.702</td><td>203</td><td>11.968</td><td>48.097</td></tr><tr><td>Reclassificações e transferências</td><td>–</td><td>516</td><td>–</td><td>169</td><td>16</td><td>11.950</td><td>–</td><td>(12.651)</td><td>–</td></tr><tr><td>Alienações</td><td>(351)</td><td>(31)</td><td>(26)</td><td>(498)</td><td>(876)</td><td>(23)</td><td>(142)</td><td>(14)</td><td>(1.961)</td></tr><tr><td><b>Em 31/12/2021</b></td><td><b>9.722</b></td><td><b>2.359</b></td><td><b>1.642</b></td><td><b>7.506</b></td><td><b>59.063</b></td><td><b>57.053</b></td><td><b>472</b></td><td><b>–</b></td><td><b>137.817</b></td></tr><tr><td>Adições</td><td>1.108</td><td>43</td><td>350</td><td>1.107</td><td>929</td><td>703</td><td>94</td><td>6.834</td><td>11.168</td></tr><tr><td>Reclassificações e transferências (II)</td><td>(8)</td><td>457</td><td>21</td><td>288</td><td>–</td><td>908</td><td>–</td><td>(1.482)</td><td>184</td></tr><tr><td><b>Em 31/12/2022</b></td><td><b>10.822</b></td><td><b>2.859</b></td><td><b>2.013</b></td><td><b>8.901</b></td><td><b>59.992</b></td><td><b>58.664</b></td><td><b>566</b></td><td><b>5.352</b></td><td><b>149.169</b></td></tr><tr><td><b>Depreciação acumulada:</b></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Em 1º de janeiro de 2021</td><td>(1.694)</td><td>(238)</td><td>(145)</td><td>(2.426)</td><td>(12.023)</td><td>(9.355)</td><td>(258)</td><td>–</td><td>(26.139)</td></tr><tr><td>Despesas do exercicio</td><td>(810)</td><td>(149)</td><td>(127)</td><td>(1.046)</td><td>(5.009)</td><td>(5.577)</td><td>(56)</td><td>–</td><td>(12.774)</td></tr><tr><td>Eliminado na alienação</td><td>203</td><td>12</td><td>6</td><td>490</td><td>637</td><td>–</td><td>116</td><td>–</td><td>1.464</td></tr><tr><td>Em 31 de dezembro de 2021</td><td>(2.301)</td><td>(375)</td><td>(266)</td><td>(2.982)</td><td>(16.395)</td><td>(14.932)</td><td>(198)</td><td>–</td><td>(37.449)</td></tr><tr><td>Despesas do exercicio</td><td>(1.039)</td><td>(227)</td><td>(190)</td><td>(1.449)</td><td>(6.915)</td><td>(6.636)</td><td>(60)</td><td>–</td><td>(15.116)</td></tr><tr><td>Em 31 de dezembro de 2022</td><td>(3.340)</td><td>(602)</td><td>(456)</td><td>(4.431)</td><td>(22.310)</td><td>(21.568)</td><td>(258)</td><td>–</td><td>(52.965)</td></tr></table>													Móveis e Utensílios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos hospitalares (I)	Benefícios	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total	<b>Custo:</b>										<b>Em 01/01/2021</b>	<b>6.974</b>	<b>984</b>	<b>908</b>	<b>4.985</b>	<b>41.298</b>	<b>35.424</b>	<b>411</b>	<b>697</b>	<b>91.681</b>	Adições	3.099	890	760	2.850	18.625	9.702	203	11.968	48.097	Reclassificações e transferências	–	516	–	169	16	11.950	–	(12.651)	–	Alienações	(351)	(31)	(26)	(498)	(876)	(23)	(142)	(14)	(1.961)	<b>Em 31/12/2021</b>	<b>9.722</b>	<b>2.359</b>	<b>1.642</b>	<b>7.506</b>	<b>59.063</b>	<b>57.053</b>	<b>472</b>	<b>–</b>	<b>137.817</b>	Adições	1.108	43	350	1.107	929	703	94	6.834	11.168	Reclassificações e transferências (II)	(8)	457	21	288	–	908	–	(1.482)	184	<b>Em 31/12/2022</b>	<b>10.822</b>	<b>2.859</b>	<b>2.013</b>	<b>8.901</b>	<b>59.992</b>	<b>58.664</b>	<b>566</b>	<b>5.352</b>	<b>149.169</b>	<b>Depreciação acumulada:</b>										Em 1º de janeiro de 2021	(1.694)	(238)	(145)	(2.426)	(12.023)	(9.355)	(258)	–	(26.139)	Despesas do exercicio	(810)	(149)	(127)	(1.046)	(5.009)	(5.577)	(56)	–	(12.774)	Eliminado na alienação	203	12	6	490	637	–	116	–	1.464	Em 31 de dezembro de 2021	(2.301)	(375)	(266)	(2.982)	(16.395)	(14.932)	(198)	–	(37.449)	Despesas do exercicio	(1.039)	(227)	(190)	(1.449)	(6.915)	(6.636)	(60)	–	(15.116)	Em 31 de dezembro de 2022	(3.340)	(602)	(456)	(4.431)	(22.310)	(21.568)	(258)	–	(52.965)
	Móveis e Utensílios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos hospitalares (I)	Benefícios	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total																																																																																																																																																																												
<b>Custo:</b>																																																																																																																																																																																					
<b>Em 01/01/2021</b>	<b>6.974</b>	<b>984</b>	<b>908</b>	<b>4.985</b>	<b>41.298</b>	<b>35.424</b>	<b>411</b>	<b>697</b>	<b>91.681</b>																																																																																																																																																																												
Adições	3.099	890	760	2.850	18.625	9.702	203	11.968	48.097																																																																																																																																																																												
Reclassificações e transferências	–	516	–	169	16	11.950	–	(12.651)	–																																																																																																																																																																												
Alienações	(351)	(31)	(26)	(498)	(876)	(23)	(142)	(14)	(1.961)																																																																																																																																																																												
<b>Em 31/12/2021</b>	<b>9.722</b>	<b>2.359</b>	<b>1.642</b>	<b>7.506</b>	<b>59.063</b>	<b>57.053</b>	<b>472</b>	<b>–</b>	<b>137.817</b>																																																																																																																																																																												
Adições	1.108	43	350	1.107	929	703	94	6.834	11.168																																																																																																																																																																												
Reclassificações e transferências (II)	(8)	457	21	288	–	908	–	(1.482)	184																																																																																																																																																																												
<b>Em 31/12/2022</b>	<b>10.822</b>	<b>2.859</b>	<b>2.013</b>	<b>8.901</b>	<b>59.992</b>	<b>58.664</b>	<b>566</b>	<b>5.352</b>	<b>149.169</b>																																																																																																																																																																												
<b>Depreciação acumulada:</b>																																																																																																																																																																																					
Em 1º de janeiro de 2021	(1.694)	(238)	(145)	(2.426)	(12.023)	(9.355)	(258)	–	(26.139)																																																																																																																																																																												
Despesas do exercicio	(810)	(149)	(127)	(1.046)	(5.009)	(5.577)	(56)	–	(12.774)																																																																																																																																																																												
Eliminado na alienação	203	12	6	490	637	–	116	–	1.464																																																																																																																																																																												
Em 31 de dezembro de 2021	(2.301)	(375)	(266)	(2.982)	(16.395)	(14.932)	(198)	–	(37.449)																																																																																																																																																																												
Despesas do exercicio	(1.039)	(227)	(190)	(1.449)	(6.915)	(6.636)	(60)	–	(15.116)																																																																																																																																																																												
Em 31 de dezembro de 2022	(3.340)	(602)	(456)	(4.431)	(22.310)	(21.568)	(258)	–	(52.965)																																																																																																																																																																												
i) A Companhia possui bens em garantia de seus contratos de empréstimos, esses equipamentos estão classificados no grupo de <i>continua ...</i>																																																																																																																																																																																					

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/09/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)











Sante Serviços de Saúde e Gestão S.A.

Em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição

**1. Data, Hora e Local:** Aos 27 dias do mês de junho de 2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia em organização, localizada na Avenida Cauxi, nº. 350, 6º Andar, Conj. 602, Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06454-020. **2. Presença:** A totalidade dos Acionistas Fundadores, representando a totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados no Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I, que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber: (i) **Luis Roberto Pellegrini Gomes**, brasileiro, médico, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 24/12/1982, portador do RG nº. 34.029.900 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 219.396.998-19, com endereço à Alameda das Camélias, n.º 701 - Condomínio Residencial 06 - Alphaville - Santana de Parnaíba - SP – CEP: 06539-105. (ii) **Carolina da Silva Pellegrini Gomes**, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 28/08/1991, portadora do RG nº. 39.330.363 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº. 369.218.508-11, com endereço à Alameda das Camélias, n.º 701 - Condomínio Residencial 06 - Alphaville - Santana de Parnaíba - SP – CEP: 06539-105. **3. Composição da Mesa:** Presidente: *Luis Roberto Pellegrini Gomes*; Secretário: *Carolina da Silva Pellegrini Gomes*. **4. Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **5. Ordem do Dia:** (a) Aprovar a constituição da Companhia, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei nº. 6.404/76; (b) Aprovar o Capital Social da Companhia; (c) Promover a discussão e aprovação do Estatuto Social; (d) Eleger a primeira diretoria e fixar a remuneração dos Diretores da Companhia; e (e) Demais atos referentes à Constituição. **6. Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 140, § 1º, da Lei 6.404/76. As Acionistas aprovaram, por unanimidade e sem qualquer reserva ou ressalva, o seguinte: (a) Aprovada, a constituição de uma Sociedade por Ações de capital fechado, sob a denominação **Sante Serviços de Saúde e Gestão S.A.**, com sede na Avenida Cauxi, nº. 350, 6º Andar, Conj. 602, Alphaville –Barueri/SP, CEP: 06454-020. (b) Aprovado, o Capital Social inicial de R\$ 100.000,00 dividido em 100.00 (cem mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I. O Capital Social, assim, foi fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e parcialmente integralizado, 10% (dez por cento) do valor das respectivas subscrições, conforme recibo de depósito realizado no Banco do Brasil S.A. constante do Anexo II. O restante do valor das subscrições será integralizado em 24 (vinte e quatro) meses, até 26/06/2025. (c) Aprovado, o Estatuto Social, que assinado por todos os subscritores, é parte integrante da presente na forma de seu Anexo II; (d) Aprovada, a eleição da primeira diretoria da Companhia, a ser composta por **02 (dois) Diretores:** (i) **Para o cargo de Diretor:** Rafael Subhi de Vito Hasan, brasileiro, médico, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em 19/06/1987, portador do RG nº. 44.076.894 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 361.833.028-64, com endereço na Rua Alvorada, n. 896, Apto. 31, Madson, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04550-003. O Diretor eleito terá prazo de mandato de 3 (três) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Posse anexo, sendo permitida a reeleição. (ii) **Para o cargo de Diretor:** Cristiano Silva Paravela, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em 17/01/1975, portador do RG nº.: 27.288.313 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 247.181.628-23, com endereço na Rua Francisco Pereira Coutinho, n.º 151, 61-B, Parque Taquaral, Campinas/SP, CEP: 13087-120. O Diretor eleito terá prazo de mandato de 3 (três) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Posse anexo, sendo permitida a reeleição. **Declaração de Desimpedimento:** Os Diretores eleitos declaram sob as penas da lei não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por lei por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Fixação da Remuneração dos Diretores:** Nos termos do artigo 152, da Lei 6.404/76, a Assembleia Geral fixa a remuneração global anual dos Diretores para o exercício de 2023 em até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a qual será distribuída entre eles na forma prevista no Estatuto Social. Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação das acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o Estatuto, assim o permitem. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi assinada. Barueri/SP 27/06/2023. **Mesa:** *Luis Roberto Pellegrini Gomes*, Presidente; *Carolina da Silva Pellegrini Gomes*, Secretária. **Acionistas:** **Luis Roberto Pellegrini Gomes e Carolina da Silva Pellegrini Gomes. Visto do Advogado:** Heltor Rocha Cruz, OAB/SP: 443.521. JUCESP/NIRE nº 3530062060-7 em 02/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º** - A Companhia atuará sob a denominação “**Sante Serviços de Saúde e Gestão S.A.**”, sendo regida pelo disposto neste Estatuto Social e pela legislação pertinente às Sociedades Anônimas, em especial a Lei nº. 6.404/76 e suas posteriores alterações. **Parágrafo Único:** A Companhia também poderá operar sob o nome fantasia “**Sante Saúde**” **Artigo 2º** - A Companhia tem sede na Avenida Cauxi, nº. 350, 6º Andar, Conj. 602, Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06454-020, e, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá abrir ou extinguir filiais, subsidiárias, representações ou escritórios, no Brasil ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: i. Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências (CNAE 86.10-1-02); ii. Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (CNAE 86.30-5-03); iii. Atividades de apoio à gestão de saúde (CNAE 86.60-7-00) Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente (CNAE 86.90-9-99); iv. Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio (87.12-3-00); v. Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências (86.22-4-00); e vi. Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica (CNAE 70.20-4-00). **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações. Artigo 5º** - O capital social subscrito, em bens ou de qualquer outra forma admitida em lei, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. § 1º - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro de Ações Nominativas”. Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, e, quando emitidos, serão assinados pelos Diretores da Companhia. § 2º - A Assembleia Geral dos Acionistas, convocada para esse fim, fica autorizada, por deliberação dos Acionistas que representem a maioria do capital da Companhia, a criar novas ações, a modificar, em qualquer tempo, a proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais sem direito a voto, podendo a Companhia criar classes diferentes de ações preferenciais, sem direito a voto, sem guardar proporção com a classe já existente. **Artigo 6º** - As ações terão obrigatoriamente a forma nominativa e serão indivisíveis perante a Companhia. **Artigo 7º** - Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais não terão direito a voto, exceto no caso de não distribuição de dividendos por três exercícios consecutivos, e terão prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias nos dividendos e distribuições de ações bonificadas, que se equipara a distribuição de dividendos. **Artigo 8º** - Fica a totalidade das ações que compõem e que venham a compor o capital social da Companhia, sejam elas ordinárias ou preferenciais, provenientes ou não de desdobramentos, gravada com cláusula de impenhorabilidade, incommunicabilidade conjugal e inalienabilidade parcial. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais. Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em Lei § 1º - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. § 2º - As Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas por qualquer Acionista ou por qualquer membro da Diretoria, e presididas por qualquer um dos presentes, eleito na ocasião, que escolher, também dentre os presentes, um secretário. As Assembleias de Acionistas poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital observando-se as normas atinentes quanto à convocação, instalação e deliberação as regras da legislação e regulamentação aplicáveis às sociedades por ações de capital fechado. **Artigo 10º** - É necessária a aprovação, em Assembleia Geral, da maioria absoluta dos Acionistas em relação ao capital votante para, em especial, deliberar sobre as seguintes matérias: a) participação em outras sociedades; e b) modificação do presente Estatuto. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 11º** - A Companhia será administrada pela Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Artigo 12º** - Fica expressamente estabelecido que os cônjuges, parentes por afinidade ou parentes até segundo grau dos acionistas e de seus herdeiros, não podem ter vínculo trabalhista e nem receber qualquer tipo de remuneração proveniente da Companhia ou qualquer sociedade coligada ou controlada por ela, não podendo mesmo prestar consultoria ou qualquer outra tarefa remunerada, sob pena de ser destituído da Diretoria o que violar a presente cláusula. **V - Da Diretoria. Artigo 13º** - A Diretoria será composta por até 3 (três) Diretores, Acionistas ou não, eleitos pelos Acionistas e por estes destituiu a qualquer tempo, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, atuando sob a designação simples de “Diretor”, quando os Acionistas silenciarem a esse respeito. § 1º - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria e permanecerá no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. § 2º - Mesmo depois de terminado o período para o qual foram eleitos, continuarão os Diretores no exercício de seus cargos, até a eleição e posse dos substitutos eleitos. **Artigo 14º** - Compete à Diretoria: a) Fazer cumprir as deliberações da Assembleia de Acionistas; b) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; c) Examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros; **Artigo 15º - Além das atribuições específicas definidas nos artigos precedentes, deverão todos os Diretores colaborar para o bom e regular andamento das atividades sociais, comparecendo às reuniões, Assembleias e atos que exijam suas presenças, desempenhando as funções que lhes forem atribuídas, sempre consoantes com as diretrizes definidas pela Assembleia Geral. Artigo 16º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, convocada por qualquer Diretor, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes à reunião de Diretoria e registradas no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. **Artigo 17º** - A representação ativa e passiva da Companhia será exercida pelos Diretores. **Parágrafo Único** - A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores. **Artigo 18º** - Para a representação da Companhia em atos que devam se realizar fora do município da sede social, ou nos atinentes à esfera judicial, poderá os Diretores, por meio da assinatura de 2 (dois) Diretores, designar um mandatário especial que, devidamente autorizado por escrito, poderá sozinho desempenhar suas atribuições, sendo que, nos casos desse dispositivo, ao contrário dos demais mandatos, não se estipulará limite de validade. **Artigo 19º** - A Assembleia Geral fixará os honorários da Diretoria anual e globalmente, podendo conceder aos membros uma participação nos lucros da Companhia, observando o disposto nos artigos 152 e 202 da Lei 6.404, de 15/12/1976. **Artigo 20º** - Compete aos Diretores: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos da Companhia, acompanhando seu andamento; (iii) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia; (iv) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (v) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais; (vi) abrir e movimentar contas bancárias correntes, de poupança, em moeda nacional ou estrangeira, tanto em bancos nacionais como em bancos estrangeiros; (vii) realizar operações financeiras; assinar contratos e distratos e (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar. **Parágrafo Único:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, Procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral dos Acionistas. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal. Artigo 21º** - O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 22º** - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, a pedido de Acionista, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em Lei. § 1º - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. § 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 3º - Quando o Conselho Fiscal tiver de ser instalado, caberá à Assembleia, que eleger seus membros, aprovar um Regulamento, que definirá as regras básicas de seu funcionamento, respeitadas as normas legais pertinentes, especialmente estabelecendo a qual dos membros caberá a presidência dos trabalhos. **Capítulo VII - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 23º** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano. **artigo 24º** - Ao fim de cada exercício social proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras, balanço patrimonial, demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstrações do resultado do exercício e demonstrações das origens e aplicações dos recursos com observância das prescrições legais, e, do lucro líquido verificado, deduzir-se-ão: a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, sobre o lucro líquido, a título de dividendo obrigatório em cada exercício; c) até 10% (dez por cento) a título de participação dos membros da Administração no lucro da Companhia, observando o disposto nos artigos 152 e 202 da Lei 6.404/76. § 1º - O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. § 2º - A Diretoria, poderá, a qualquer tempo, antecipar a distribuição de dividendos, em função das demonstrações financeiras levantadas, subordinando-se essa medida a posterior aprovação da Assembleia Geral. **Artigo 25º** - Prescreverá a favor da Companhia o direito aos dividendos e lucros não reclamados nos 3 (três) anos subsequentes à data da publicação da Ata da Assembleia que aprovou a sua distribuição. **Capítulo VIII – Da Liquidação. Artigo 26º** - A Companhia será liquidada, dissolvida ou extinta nos casos previstos em Lei, competendo à Assembleia, quando esta for a forma escolhida, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação e determinar a sua remuneração. **Capítulo IX – Da Sucessão. Artigo 27º** - Na hipótese de falecimento, interdição ou incapacidade de quaisquer dos Acionistas, suas ações serão necessariamente e automaticamente, independentemente de qualquer outra formalidade, transferidas ao(s) herdeiro(s) necessário(s), que assumirá(ão) os respectivos direitos e obrigações. **Capítulo X - Boas Práticas de Governança Corporativa. Artigo 28º** - A Companhia se compromete a adotar boas práticas de governança corporativa. A adoção destas práticas visa garantir a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa no relacionamento entre Acionistas, órgãos da Companhia e entre estes e terceiros, buscando a valorização da Companhia e sua perpetuação. **Parágrafo Único** – Quaisquer controvérsias entre Acionistas e/ou entre estes e a Companhia devem ser resolvidos inicial e preferencialmente por meio de negociações conduzidas por representantes das partes especialmente designados para esse fim. Poderá, ainda, a Assembleia de Acionistas, ou eventual acordo de acionistas, nomear câmara arbitral para solução das controvérsias que venham a surgir. **Capítulo XI - Disposições Gerais. Artigo 29º** - A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo o Presidente da Assembleia Geral e da Diretoria abster-se de computar votos contrários aos seus termos. **Artigo 30º** - Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes, em especial a Lei nº. 6.404/76 e suas posteriores alterações. **Artigo 31º** - Os Acionistas e a Companhia elegem o foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer questões relativas à interpretação e ao descumprimento das obrigações previstas neste Estatuto Social, bem como quaisquer controvérsias, conflitos, questões ou divergências de qualquer natureza. Barueri/SP, 27/06/2023.

Fulwood S.A.

CNPJ/MF nº 17.943.792/0001-30 – NIRE 35.300.574.036

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2023

**1. Data, Hora e Local:** Em 29 de agosto de 2023, às 10h00, na sede social da **Fulwood S.A.**, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 375, 4º andar, conjunto 41, sala 9, Vila Olímpia, CEP 04551-060 (“Companhia”). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), em decorrência da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Gilson Schilis**; e secretariada pela Sra. **Mariana Schilis Viotti**. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar acerca das seguintes matérias: (i) o voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de única sócia da **FW15 Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, sociedade empresária limitada, em fase operacional, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 375, 4º andar, conjunto 41, sala 15, Vila Olímpia, CEP 04551-060, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 44.528.771-0001-21, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o Número de Identificação do Registro de Empresas (“NIRE”) 35.238.262.170 (“Emitente”), na Reunião de Sócios da Emitente que deliberará sobre a aprovação de sua 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real e fidejussória, em série única, sob rito de registro automático, no valor de R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais) (“Emissão”), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada, as quais serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta” e “Aprovação da Emitente”, respectivamente); (ii) a constituição, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Termo de Emissão), de alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas de sua titularidade, representativas do capital social da Emitente, nos termos dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”, “Alienação Fiduciária de Quotas” e “Quotas Alienadas”, respectivamente), com a celebração do contrato de alienação fiduciária de quotas, entre Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 (“Agente Fiduciário”), com a intervenção-anuência da Emitente, observado que a Alienação Fiduciária de Quotas recairá sobre todos os direitos futuros e presentes oriundos das Quotas Alienadas (“Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas”), sendo que, durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, a Companhia deverá manter alienadas fiduciariamente todas as quotas que sejam de sua titularidade, as quais deverão, durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, representar, no mínimo, 68% (sessenta e oito por cento) do capital social da Emitente, conforme definido no “Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da FW15 Empreendimentos Imobiliários Ltda.”, a ser celebrado entre a Emitente, o Agente Fiduciário e os Avalistas (conforme definido a seguir) (“Termo de Emissão”); (iii) a outorga, pela Companhia, em conjunto com o Sr. **Gilson Schilis**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. nº 10.991.758 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob nº 032.761.998-82, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 375, 4º andar, conjunto 41, sala 9, Vila Olímpia, CEP 04551-060 (“Gilson” e, em conjunto com a Companhia, “Avalistas”), de garantia fidejussória, na forma de aval, no âmbito da Emissão, obrigando-se como Avalistas e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emitente pelo pagamento de todas as Obrigações Garantidas, conforme definido no Termo de Emissão, nos termos do artigo 897 do Código Civil (“Aval”); (iv) a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à realização, formalização, efetivação, implementação, administração e/ou aperfeiçoamento das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, objetivando a Emissão, a Oferta e a constituição da Alienação Fiduciária de Quotas e do Aval, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e definir os termos e as condições específicas da Emissão, da Oferta, da Alienação Fiduciária de Quotas e do Aval; (b) negociar e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão, da Oferta, da Alienação Fiduciária de Quotas e do Aval, incluindo, mas não se limitando; (1) ao Termo de Emissão; (2) ao “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real e Fidejussória, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da FW15 Empreendimentos Imobiliários Ltda.”, a ser celebrado entre a Emitente, os Avalistas e o Banco Itaú BBA S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 (“Contrato de Distribuição”); e (3) ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, bem como os eventuais aditamentos aos instrumentos acima mencionados e todos e quaisquer outros documentos a eles acessórios, correlatos e necessários para a devida formalização e efetivação da Emissão, da Oferta, da Alienação Fiduciária de Quotas e do Aval, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia; e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, em relação à presente Ordem do Dia. **5. Deliberação:** Após discussão e análise das matérias constantes da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações pelos acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1.** Orientar que o voto a ser proferido pela Companhia, na Aprovação da Emitente, seja no sentido de aprovar a Emissão e a Oferta; **5.2.** Aprovar a constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Quotas, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão. Neste contexto, a Companhia deverá, durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, manter alienadas fiduciariamente todas as quotas que sejam de sua titularidade, as quais deverão, durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, representar, no mínimo, 68% (sessenta e oito por cento) do capital social da Emitente; **5.3.** Aprovar a outorga, pela Companhia, do Aval, de acordo com os termos e condições a serem previstos no Termo de Emissão; **5.4.** Aprovar a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à realização, formalização, efetivação, implementação, administração e/ou aperfeiçoamento das deliberações aqui consubstanciadas, objetivando a Emissão, a Oferta e a constituição da Alienação Fiduciária de Quotas e do Aval, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e definir os termos e as condições específicos da Emissão, da Oferta, da Alienação Fiduciária de Quotas e do Aval; (b) negociar e assinar todos os documentos necessários à formalização da Emissão, da Oferta, da Alienação Fiduciária de Quotas e do Aval, incluindo, mas não se limitando; (1) ao Termo de Emissão; (2) ao Contrato de Distribuição; e (3) ao Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, bem como os eventuais aditamentos aos instrumentos acima mencionados e todos e quaisquer outros documentos a eles acessórios, correlatos e necessários para a devida formalização e efetivação da Emissão, da Oferta, da Alienação Fiduciária de Quotas e do Aval, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia; e **5.5.** Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, relacionando as deliberações acima tomadas. **6. Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspenda a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **8. Mesa:** **Gilson Schilis – Presidente;** e Mariana Schilis Viotti – **Secretária**. **9. Acionistas Presentes:** Gilson Schilis, Ivone Pasmank Schilis, Mariana Schilis Viotti e Fernando Pasmank Schili. **10. Certidão:** Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mariana Schilis Viotti** – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 360.222/23-7 em 04/09/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/09/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
**www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**





## RC Investimentos e Participações S.A.

Em Constituição

### Ata da Assembleia Geral de Constituição

**1. Data, Hora e Local:** Aos 27 dias do mês de junho de 2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia em organização, localizada na Avenida Cauaxi, nº. 350, 6º Andar, Conj. 602, Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06454-020. **2. Presença:** A totalidade dos Acionistas Fundadores, representando a totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados no Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I, que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber: (i) **Luis Roberto Pellegrini Gomes**, brasileiro, médico, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 24/12/1982, portador do RG n.º 34.029.900 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 219.396.998-19, com endereço à Alameda das Camélias, n.º 701 - Condomínio Residencial 06 - Alphaville - Santana de Parnaíba - SP - CEP: 06539-105. (ii) **Carolina da Silva Pellegrini Gomes**, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 28/08/1991, portadora do RG n.º 39.330.363 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o n.º 369.218.508-11, com endereço à Alameda das Camélias, n.º 701 - Condomínio Residencial 06 - Alphaville - Santana de Parnaíba - SP - CEP: 06539-105. **3. Composição da Mesa:** Presidente: *Luis Roberto Pellegrini Gomes*; Secretário: *Carolina da Silva Pellegrini Gomes*. **4. Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **5. Ordem do Dia:** (a) Aprovar a constituição da Companhia, nos termos do artigo 87 e seguintes da Lei nº. 6.404/76; (b) Aprovar o Capital Social da Companhia; (c) Promover a discussão e aprovação da constituição do Estatuto Social; (d) Eleger a primeira diretoria e fixar a remuneração dos Diretores da Companhia; e (e) Demais atos referentes à Constituição. **6. Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma de sumário, nos termos do artigo 140, § 1º, da Lei 6.404/76. As Acionistas aprovaram, por unanimidade e sem qualquer reserva ou ressalva, o seguinte: (a) Aprovada, a constituição de uma Sociedade por Ações de capital fechado, sob a denominação **RC Investimentos e Participações S.A.**, com sede na Avenida Cauaxi, nº. 350, 6º Andar, Conj. 602, Alphaville –Barueri/SP, CEP: 06454-020. (b) Aprovado, o Capital Social inicial de R\$ 100.000,00 dividido em 100.00 (cem mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme Boletim de Subscrição, que constitui o Anexo I. O Capital Social, assim, foi fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e parcialmente integralizado, 10% (dez por cento) do valor das respectivas subscrições, conforme recibo de depósito realizado no Banco do Brasil S.A, constante do Anexo II. O restante do valor das subscrições será integralizado em 24 (vinte e quatro) meses, até 26/06/2025. (c) Aprovado, o Estatuto Social, que assinado por todos os subscritores, é parte integrante da presente na forma de seu Anexo II; (d) Aprovada, a eleição da primeira diretoria da Companhia, a ser composta por **02 (dois) Diretores:** (i) **Para o cargo de Diretor:** Rafael Subhi de Vitto Hasan, brasileiro, médico, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em 19/06/1987, portador do RG n.º 44.076.894 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 361.833.028-64, com endereço na Rua Alvorada, n. 896, Apto. 31, Madson, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04550-003. O Diretor eleito terá prazo de mandato de 3 (três) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Posse anexo, sendo permitida a reeleição. (ii) **Para o cargo de Diretor:** Cristiano Silva Paravela, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, nascido em 17/01/1975, portador do RG n.º 27.268.313 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 247.181.628-23, com endereço na Rua Francisco Pereira Coutinho, n.º 151, 61-B, Parque Taquaral, Campinas/SP, CEP: 13087-120. O Diretor eleito terá prazo de mandato de 3 (três) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Posse anexo, sendo permitida a reeleição. **Declaração de Desimpedimento:** Os Diretores eleitos declaram sob as penas da lei não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por lei por Lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Fixação da Remuneração dos Diretores:** Nos termos do artigo 152, da Lei 6.404/76, a Assembleia Geral fixa a remuneração global anual dos Diretores para o exercício de 2023 em até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a qual será distribuída entre eles na forma prevista no Estatuto Social. Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação das acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o Estatuto, assim o permitem. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi assinada. Barueri/SP, 27/06/2023. **Mesa:** *Luis Roberto Pellegrini Gomes*, Presidente. *Carolina da Silva Pellegrini Gomes*, Secretária. **Acionistas:** **Luis Roberto Pellegrini Gomes e Carolina da Silva Pellegrini Gomes.** Visto do Advogado: Heitor Rocha Cruz, OAB/SP: 443.521. JUCESP/NIRE nº 3530062074-7 em 04/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º** - A Companhia atuará sob a denominação **"RC Investimentos e Participações S.A."**, sendo regida pelo disposto neste Estatuto Social e pela legislação pertinente às Sociedades Anônimas, em especial a Lei nº. 6.404/1976 e suas posteriores alterações. **§Único:** A Companhia também poderá operar sob o nome fantasia **"RC Investimentos"** **Artigo 2º** - A Companhia tem sede na Avenida Cauaxi, nº. 350, 6º Andar, Conj. 602, Alphaville, Barueri/SP, CEP: 06454-020, e, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá abrir ou extinguir filiais, subsidiárias, representações ou escritórios, no Brasil ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social a atividade de holding de instituições não financeiras (CNAE 6462-0/00) **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações. ARTIGO 5º** - O capital social subscrito, em bens ou de qualquer outra forma admitida em lei, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. § 1º - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer Acionista, a Companhia emitirá certificados de ações, que poderão ser agrupados em títulos múltiplos, e, quando emitidos, serão assinados pelos Diretores da Companhia. § 2º - A Assembleia Geral dos Acionistas, convocada para esse fim, fica autorizada, por deliberação dos Acionistas que representem a maioria do capital da Companhia, a criar novas ações, a modificar, em qualquer tempo, a proporção entre ações ordinárias e ações preferenciais sem direito a voto, podendo a Companhia criar classes diferentes de ações preferenciais, sem direito a voto, sem guardar proporção com a classe já existente. **Artigo 6º** - As ações serão obrigatoriamente a forma nominativa e serão indivisíveis perante a Companhia. **Artigo 7º** - Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações. As ações preferenciais não terão direito a voto, exceto no caso de não distribuição de dividendos por três exercícios consecutivos, e terão prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias nos dividendos e distribuições de ações bonificadas, que se equipara a distribuição de dividendos. **Artigo 8º** - Fica a totalidade das ações que compõem e que venham a compor o capital social da Companhia, sejam elas ordinárias ou preferenciais, provenientes ou não de desdobramentos, gravada com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade e intransmissibilidade parcial. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais. Artigo 9º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em Lei § 1º - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. § 2º - As Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas por qualquer Acionista ou por qualquer membro da Diretoria, e presididas por qualquer um dos presentes, eleito na ocasião, que escolherá, também dentre os presentes, um secretário. As Assembleias de Acionistas poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital observando-se as normas atinentes quanto à convocação, instalação e deliberação as regras da legislação e regulamentação aplicáveis às sociedades por ações de capital fechado. **Artigo 10º** - É necessária a aprovação, em Assembleia Geral, da maioria absoluta dos Acionistas em relação ao capital votante para, em especial, deliberar sobre as seguintes matérias: a) participação em outras sociedades; e b) modificação do presente Estatuto. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 11º** - A Assembleia Geral será administrada pela Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e por este Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **Artigo 12º** - Fica expressamente estabelecido que os cônjuges, parentes por afinidade ou parentes até segundo grau dos acionistas e de seus herdeiros, não podem ter vínculo trabalhista e nem receber qualquer tipo de remuneração proveniente da Companhia ou qualquer sociedade coligada ou controlada por ela, não podendo mesmo prestar consultoria ou qualquer outra tarefa remunerada, sob pena de ser destituído da Diretoria o que violar a presente cláusula. **V - Da Diretoria. Artigo 13º** - A Diretoria será composta por até 3 (três) Diretores, Acionistas ou não, eleitos pelos Acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, atuando sob a designação simples de "Diretor", quando os Acionistas silenciarem a esse respeito. § 1º - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria e permanecerá no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. § 2º - Mesmo depois de terminado o período para o qual foram eleitos, continuarão os Diretores no exercício de seus cargos, até a eleição e posse dos substitutos eleitos. **Artigo 14º** - Compete à Diretoria: a) Fazer cumprir as deliberações da Assembleia de Acionistas; b) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; c) Examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros; **Artigo 15º - Além das atribuições específicas definidas nos artigos precedentes, deverão todos os Diretores colaborar para o bom e regular andamento das atividades sociais, comparecendo as reuniões, Assembleias e atos que exijam suas presenças, desempenhando as funções que lhes forem atribuídas, sempre consoantes com as diretrizes definidas pela Assembleia Geral. Artigo 16º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, convocada por qualquer Diretor, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes à reunião de Diretoria e registradas no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". **Artigo 17º** - A representação ativa e passiva da Companhia será exercida pelos Diretores. **§Único** - A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores. **Artigo 18º** - Para a representação da Companhia em atos que devam ser realizados fora do município da sede social, ou nos atinentes à esfera judicial, poderá os Diretores, por meio da assinatura de 2 (dois) Diretores, designar um mandatário especial que, devidamente autorizado por escrito, poderá sozinho desempenhar suas atribuições, sendo que, nos casos desse dispositivo, ao contrário dos demais mandados, não se estipulará limite de validade. **Artigo 19º** - A Assembleia Geral fixará os honorários da Diretoria anual e globalmente, podendo conceder aos membros uma participação nos lucros da Companhia, observando o disposto nos artigos 152 e 202 da Lei 6.404, de 15/12/1976. **Artigo 20º** - Compete aos Diretores: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais; (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa e de recursos humanos da Companhia, acompanhando seu andamento; (iii) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia; (iv) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (v) contratar ou desligar funcionários investidos de funções gerenciais; (vi) abrir e movimentar contas bancárias correntes, de poupança, em moeda nacional ou estrangeira, tanto em bancos nacionais como em bancos estrangeiros; (vii) realizar operações financeiras; assinar contratos e distritos e (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar. **§Único:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, Procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral dos Acionistas. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal. Artigo 21º** - O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. **Artigo 22º** - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, a pedido de Acionista, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em Lei. § 1º - O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. § 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 3º - Quando o Conselho Fiscal tiver de ser instalado, caberá à Assembleia, que eleger seus membros, aprovar um Regulamento, que definirá as regras básicas de seu funcionamento, respeitadas as normas legais pertinentes, especialmente estabelecendo a qual dos membros caberá a presidência dos trabalhos. **Capítulo VII - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 23º** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á a 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 24º** - Ao fim de cada exercício social proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras, balanço patrimonial, demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstrações do resultado do exercício e demonstrações das origens e aplicações dos recursos com observância das prescrições legais, e, do lucro líquido verificado, deduzir-se-ão: a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, sobre o lucro líquido, a título de dividendo obrigatório em cada exercício; c) até 10% a título de participação dos membros da Administração no lucro da Companhia, observando o disposto nos artigos 152 e 202 da Lei 6.404/76. § 1º - O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. § 2º - A Diretoria, poderá, a qualquer tempo, antecipar a distribuição de dividendos, em função das demonstrações financeiras levantadas, subordinando-se essa medida a posterior aprovação da Assembleia Geral. **Artigo 25º** - Prescreverá a favor da Companhia o direito aos dividendos e lucros não reclamados nos 3 (três) anos subsequentes à data da publicação da Ata da Assembleia que aprovou a sua distribuição. **Capítulo VIII – Da Liquidação. Artigo 26º** - A Companhia será liquidada, dissolvida ou extinta nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia, quando esta for a forma escolhida, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação e determinar a sua remuneração. **Capítulo IX – Da Sucessão. Artigo 27º** - Na hipótese de falecimento, interdição ou incapacidade de quaisquer dos Acionistas, suas ações serão necessariamente e automaticamente, independentemente de qualquer outra formalidade, transferidas ao(s) herdeiro(s) necessário(s), que assumirá(o) os respectivos direitos e obrigações. **Capítulo X – Boas Práticas de Governança Corporativa. Artigo 28º** - A Companhia se compromete a adotar boas práticas de governança corporativa. A adoção destas práticas visa garantir a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa no relacionamento entre Acionistas, órgãos da Companhia e entre estes e terceiros, buscando a valorização da Companhia e sua perpetuação. **§Único** – Quaisquer controvérsias entre Acionistas e/ou entre estes e a Companhia devem ser resolvidos inicial e preferencialmente por meio de negociações conduzidas por representantes das partes especialmente designados para esse fim. Poderá, ainda, a Assembleia de Acionistas, ou eventual acordo de acionistas, nomear câmara arbitral para solução das controvérsias que venham a surgir. **Capítulo XI - Disposições Gerais. Artigo 29º** - A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo o Presidente da Assembleia Geral e da Diretoria abster-se de computar votos contrários aos seus termos. **Artigo 30º** - Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes, em especial a Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações. **Artigo 31º** - Os Acionistas e a Companhia elegem o foro da Comarca de São Paulo/SP para dirimir quaisquer questões relativas à interpretação e ao descumprimento das obrigações previstas neste Estatuto Social, bem como quaisquer controvérsias, conflitos, questões ou divergências de qualquer natureza. Barueri/SP, 27/06/2023.

## FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 - NIRE 35.300.586.239

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária em 22/09/2023

**FCBPC Holding S.A.** ("Companhia") vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 22/09/2023, às 10h00, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05676-120, ou por meio do aplicativo de videoconferência, por meio de link a ser previamente disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) celebrar o 2º aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em Série Única, Para Colocação Privada da FCBPC Holding S.A." celebrado entre a Companhia, na qualidade de Emissora, e Alan Zelazo, na qualidade de Debenturista, em 29/11/2022, conforme aditado em 26/05/2023 ("Escritura de Emissão" e "2º Aditamento"), para fins de se permitir a conversão da totalidade das debêntures em ações de emissão da Companhia, a exclusivo critério da Emissora ou do Debenturista, nos termos e condições previstos no 2º Aditamento; (ii) aprovada a matéria constante do item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 15.456.177,00, mediante a emissão de 90.134.973 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,17147813 por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A., decorrente da conversão em capital do saldo da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia por meio da Escritura de Emissão, conforme alterada pelo 2º Aditamento, incluindo principal e juros, observado que os acionistas não terão direito de preferência para subscrição das novas ações a serem emitidas, nos termos do disposto no §3º do art. 171 da Lei das S.A.; (iii) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 1.418.924,00, mediante a emissão de 8.274.664 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,17147813 por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A., e que poderão ser integralizadas pelos acionistas em moeda corrente nacional ou mediante o aproveitamento de créditos devedos por tais acionistas contra a Companhia; (iv) aprovadas as matérias constantes dos itens (i) e (ii) acima, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o quanto deliberado nos itens (i) e (ii) acima; e (v) a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas nos itens (i) a (iv) acima, incluindo a divulgação de aviso aos acionistas para estabelecer o procedimento para o exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, no prazo de 30 dias previsto no art. 171, § 4º da Lei das S.A., e o rateio de eventuais sobras de ações não subscritas pelos acionistas no âmbito do aumento de capital da Companhia. Para participação da Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para o Jurídico da Companhia, o qual deverá ser feito impreterivelmente até às 15:00 horas do dia 20/09/2023, por meio do endereço eletrônico [marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br](mailto:marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br) ("Cadastro"). A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do acionista para envio das informações para participação, acompanhada dos documentos comprobatórios para permitir a participação do acionista na Assembleia, nos termos abaixo. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, em até 24 horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma digital *Microsoft Teams* para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento Jurídico, por meio do e-mail [marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br](mailto:marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br), com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Márcia Pacianotto Ribeiro ([marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br](mailto:marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br)), com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia via digitalizada dos seguintes documentos: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406 de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 12/09/2023. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz**, Presidente do Conselho de Administração. (12, 13 e 14/09/2023)

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/09/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Rasa Agro Industrial S.A

CNPJ nº 59.619.973/0001-56 - NIRE 3530003441-4

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de dezembro de 2021.**  
**Local:** São Carlos / SP – Fazenda Santa Bárbara. **Data:** 30/12/2021, às 10h00. **Convocação dos Acionistas:** Dispensada as publicações do edital de convocação, em razão da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, de acordo com o Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15/12/76. **Comparecimento:** Compareceram acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas respectivas assinaturas lançadas no Livro Registro de Presença de Acionistas. **Composição da Mesa:** Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o acionista **Raphael Jafet Junior**, que convidou a mim, **Sada Michel Assad Jafet**, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** O Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (1) - aumento do capital social de R\$ 100.000,00 para R\$ 6.500.000,00; (2) - alteração do estatuto social para fins de adequação do quadro administrativo bem como, a eleição da diretoria para o novo mandato estatutário; (3) - adaptação das redações dos Artigos 5º, 13º e 16º do Estatuto Social; (4) - consolidar o Estatuto Social com as devidas adaptações; (5) - Redução do capital social de R\$ 6.500.000,00 para R\$ 1.700.000,00, ou seja, uma redução de R\$ 4.800.000,00; e (6) - Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. **Esclarecimentos:** Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente informou aos presentes que no dia 05/10/2021, os acionistas **Raphael Jafet Junior** e **Sada Michel Assad Jafet**, através de Instrumento Particular de Doação de Ações, doaram a totalidade das ações que eram possuidores aos seus filhos e netos, a saber: 25.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para sua filha **Fernanda Assad Jafet**; 25.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para sua filha **Vera Assad Jafet Kehdi**; 25.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para seu neto **Thiago Jafet Ajaj**; 8.333 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para sua neta **Carolina Ortiz Jafet Lellis Vieira**; 8.333 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para sua neta **Renata Ortiz Jafet Doria**; e, 8.333 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para o seu neto **Luis Felipe Ortiz Jafet**. Em seguida, os novos acionistas transferiram as suas ações para empresas específicas e constituídas para esse fim como "holding", na seguinte ordem: a) – a acionista **Fernanda Assad Jafet** transferiu 25.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para sua empresa **Fernanda Assad Jafet Holding Ltda.**; b) – a acionista **Vera Assad Jafet Kehdi**, transferiu 25.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para sua empresa **Vera Assad Jafet Kehdi Holding Ltda.**; c) – a acionista **Thiago Jafet Ajaj** transferiu 25.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para sua empresa **DBJA Participações Gestão e Administração de Bens Próprios Ltda.**; d) – a acionista **Carolina Ortiz Jafet Lellis Vieira** transferiu 8.333 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para sua empresa **LCR - Empreendimentos e Participações Ltda.**; e) – a acionista **Renata Ortiz Jafet Doria** transferiu 8.333 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para sua empresa **LCR - Empreendimentos e Participações Ltda.**; f) – o acionista **Luis Felipe Ortiz Jafet** transferiu 8.333 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para sua empresa **LCR - Empreendimentos e Participações Ltda.** Por oportuno, o Sr. Presidente esclareceu também que as referidas transferências foram registradas no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas nº 02 da Companhia. Dando sequência aos trabalhos, o Sr. Presidente da mesa prestou esclarecimentos acerca das propostas, objeto de deliberações nesta Assembleia, destacando a necessidade de: (1) - aumentar o capital social de R\$ 100.000,00 para R\$ 6.500.000,00, ou seja um aumento de R\$ 6.400.000,00, mediante a emissão de 6.400.000 novas ações ordinárias nominativas de R\$1,00 cada uma; (2) - promover as modificações das disposições estatutárias, com o propósito de adequar o quadro administrativo, passando a diretoria a ser composta de 2 para 6 membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente e quatro Diretores sem designação especial; (3) - adaptação das redações dos artigos 5º, 13º e 16º e a consolidação do Estatuto Social; (4) - redução do capital social de R\$ 6.500.000,00 para R\$ 1.700.000,00, mediante reembolso aos acionistas do valor de R\$ 4.800.000,00. **Deliberações:** Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram por unanimidade de votos, o que segue: **(1)** Aprovar o aumento do capital para R\$ 6.500.000,00, ou seja, um aumento de R\$ 6.400.000,00, cuja subscrição e integralização será feita da seguinte forma: a) R\$ 4.102.700,60 com aproveitamento do saldo da conta **Reserva Especial**; b) R\$ 5.678,11 com aproveitamento do saldo da conta **Reserva Legal**; c) R\$ 15.438,41 com aproveitamento do saldo da conta **Reserva de Reavaliação**; d) R\$ 2.276.182,88 com aproveitamento parcial da conta **Lucros Retidos**. **(2)** Aprovar a adaptação das redações dos Artigos 5º, 13º e 16º do Estatuto Social que passam a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 6.500.000,00, dividido em 6.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado em moeda corrente nacional. §1º - As ações são indivisíveis e nominativas, conferindo-se a cada uma das ações o direito de um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. §2º - A propriedade das ações nominativas presume-se pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". §3º - A Companhia poderá emitir títulos múltiplos de ações ou cautelas que as representem, que serão assinados por dois Diretores."** **"Artigo 13º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 6 membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato estatutário de 3 anos, podendo ser reeleitos a qualquer tempo por deliberação da Assembleia Geral, designados: 1 Diretor Presidente; 1 Diretor Superintendente; 4 Diretores Sem Designação Especial. §1º - Findo o mandato, os Diretores permanecerão em seus respectivos cargos, até a eleição da nova Diretoria. §2º - Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos entre si. No caso de vacância definitiva em decorrência de falecimento, o Diretor remanescente substituirá o de cujus e permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído, acumulando as duas funções. §3º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. §4º - Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse no livro próprio, no prazo máximo de 30 dias contados da data de sua eleição. §5º - Os membros da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão."** **"Artigo 16º - A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Superintendente, ou por 2 Diretores em conjunto, ou ainda, por procurador nomeado conforme os Parágrafos Primeiro e Segundo abaixo. §1º - As procurações ad negotia outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente e, em caso de vacância ou ausência, pelo seu substituto e, terão prazo de validade determinado, sendo permitido o subestabelecimento. As procurações ad judicium outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente e, em caso de vacância ou ausência, pelo seu substituto e, terão prazo de duração indeterminado, sendo permitido o subestabelecimento. §2º - Todos os documentos que importarem responsabilidade ou obrigações para a Companhia, incluindo cheques, ordens de pagamento e outros envolvidos em operações financeiras, deverão indistintamente conter a assinatura isolada do Diretor Presidente ou do Diretor Superintendente, ou ainda, por (2) dois Diretores Sem Designação Especial ou por procurador nomeado na forma do caput deste Artigo."** Em seguida, o Sr. Presidente informou aos presentes que com a nova redação dos Artigos 13º e 16º do Estatuto Social, a nova diretoria eleita para o novo mandato estatutário de 3 anos, ou seja, de 01/01/2021 até 31/12/2023 é a seguinte: para **Diretor Presidente: Raphael Jafet Junior**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador da C.I. RG nº 847.616 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 099.533.888-49, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Araporé, nº 556, Jardim Guedala, CEP 05608-001; para **Diretor Superintendente: Sada Michel Assad Jafet**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da C.I. RG nº 1.353.357 SSP/SP e inscrita no CPF/MF nº 755.391.878-49, residente e domiciliada em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Araporé, nº 556, Jardim Guedala, CEP 05608-001; para **Diretores Sem Designação Especial: Fernanda Assad Jafet**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da C.I. RG nº 6.654.254-6 SSP/SP e inscrita no CPF/MF nº 164.721.638-98, residente e domiciliada em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Professor Artur Ramos, nº 350, apto. 2101, Jardim Paulistano, CEP 01454-902; **Luis Felipe Ortiz Jafet**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da C.I. RG nº 33.120.140-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 298.788.678-03, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Doutor Seráfico de Assis Carvalho, nº 103, apto. 52, C52, Jardim Leonor, CEP 05614-040; **Edmundo Kehdi Junior**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da C.I. RG nº 3.789.796-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 694.778.688-68, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, à Praça Renato Checchia, nº 243, Jardim Guedala, CEP 05610-070; e **Thiago Jafet Ajaj**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da C.I. RG nº 27.882.209-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 296.024.138-08, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Araporé, nº 556, Jardim Guedala, CEP 05608-001. Ainda com a palavra, o Sr. Presidente esclareceu que foram ratificados todos os atos praticados pela diretoria e que, os honorários dos diretores eleitos serão fixados de comum acordo entre eles e dentro dos limites estabelecidos pela atual legislação do imposto de renda. Os Diretores eleitos, já qualificados, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, nem em virtude de condenações nas hipóteses mencionadas, no Artigo 1011, § 1º, da Lei nº 10.406/2002. **(3)** Aprovar a redução do capital social da Companhia excessivo, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A. de R\$ 6.500.000,00 para R\$ 1.700.000,00, configurando uma redução de R\$ 4.800.000,00, mediante a restituição de capital em partes iguais aos acionistas **Fernanda Assad Jafet Holding Ltda.**, **Vera Assad Jafet Kehdi Holding Ltda.**, **DBJA Participações Gestão e Administração de Bens Próprios Ltda.**, e **LCR - Empreendimentos e Participações Ltda.** **(3.1)** Autorizar que o valor correspondente à restituição do capital seja quitado com a transferência dos seguintes bens imóveis, pelos respectivos valores contábeis, nos termos do Artigo 22º da Lei nº 9.249/95, acrescido de valores em moeda corrente nacional, em favor e em regresso aos acionistas, quais sejam: R\$ 1.200.000,00 para a acionista **Fernanda Assad Jafet Holding Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.692.029/0001-57, mediante a transferência dos seguintes bens: "Matrícula 90.682 - Conjunto nº 122 localizado no 12º andar ou 13º pavimento do Condomínio Edifício Maria Cristina, situada na Praça da República, nº 386, no 7º Subdistrito - Consolação, com a área de 72,43 m2 no valor de R\$ 16.075,58" "Matrícula 75.127 - Conjunto nº 123 localizado no 12º andar ou 13º pavimento do Condomínio Edifício Maria Cristina, situada na Praça da República, nº 386, no 7º Subdistrito - Consolação, com a área de 88,10 no valor de R\$ 35.476,10" "Transcrição 81.542 - Unidade autônoma 191, do 19º andar do Edifício Cogeral, situado à Rua Álvaro de Carvalho, nº 184, São Paulo/SP, com a área de 81,33 m2 no valor de R\$ 18.576,41" "Matrícula 208.985 - Um terreno com benfeitorias, situado à Rua Costa Aguiar, nº 1.055, Rua dos Patriotas, nºs 611 e 641, e Rua Cipriano Barta, nº 1.534, junto ao nº 1.522, no 18º Subdistrito - Ipiranga, com a área de 1.981,75 m2 no valor de R\$ 1.122.030,90" "R\$ 7.841,01 em moeda corrente nacional" a) R\$ 1.200.000,00 para a acionista **DBJA Participações Gestão e Administração de Bens Próprios Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 41.383.710/0001-25, mediante a transferência dos seguintes bens: "Matrícula 83.738 - 1/3 (33,333%) do terreno situado à Rua Nordestino, esquina com a Avenida Lopes de Azevedo, constituído pelo lote 1 da quadra 69, com área total de 786,82 m2; Matrícula 83.739 - 1/3 (33,333%) do terreno à Avenida Lopes de Azevedo, constituído pelo lote 1-A da quadra 69, com área total de 683,50 m2; Transcrição 87.577 - 1/3 (33,333%) da casa situada à Rua Araporé, nº 556, e respectivo terreno com área total de 1.220 m2, todos no valor de R\$ 1.079.797,03" "R\$ 7.841,01 em moeda corrente nacional" b) R\$ 1.200.000,00 para a acionista **Vera Assad Jafet Kehdi Holding Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.660.278/0001-60, mediante a transferência dos seguintes bens: "Matrícula 83.738 - 1/3 (33,333%) do terreno situado à Rua Nordestino, esquina com a Avenida Lopes de Azevedo, constituído pelo lote 1 da quadra 69, com área total de 786,82 m2; Matrícula 83.739 - 1/3 (33,333%) do terreno à Avenida Lopes de Azevedo, constituído pelo lote 1-A da quadra 69, com área total de 683,50 m2; Transcrição 87.577 - 1/3 (33,333%) da casa situada à Rua Araporé, nº 556, e respectivo terreno com área total de 1.220 m2, todos no valor de R\$ 1.079.797,03" "R\$ 120.202,97 em moeda corrente nacional" c) R\$ 1.200.000,00 para a acionista **LCR - Empreendimentos e Participações Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.954.507/0001-38, mediante a transferência dos seguintes bens: "Matrícula 83.738 - 1/3 (33,333%) do terreno situado à Rua Nordestino, esquina com a Avenida Lopes de Azevedo, constituído pelo lote 1 da quadra 69, com área total de 786,82 m2; Matrícula 83.739 - 1/3 (33,333%) do terreno à Avenida Lopes de Azevedo, constituído pelo lote 1-A da quadra 69, com área total de 683,50 m2; Transcrição 87.577 - 1/3 (33,333%) da casa situada à Rua Araporé, nº 556, e respectivo terreno com área total de 1.220 m2, todos no valor de R\$ 1.079.797,03" (3.2) Consignar que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução deliberada, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A. (3.3) Registrar, em face do que dispõe o Artigo 174 da Lei das S.A, que a eficácia da deliberação de restituição de parte do capital social aos acionistas fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições: (i) publicação da presente ata antes do seu respectivo registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; (ii) decurso do prazo de 60 dias, contados da data da publicação desta ata, sem que tenha sido apresentada pelos credores, nos termos do §1º, oposição a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial. (4) Em seguida, procedeu-se à leitura do novo Estatuto, homologado por unanimidade e que contempla inclusive, o novo capital reduzido em face da restituição parcial aos acionistas, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação: **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º -** A Companhia **Rasa Agro Industrial S.A.**, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede e foro jurídico na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Fazenda Santa Bárbara, podendo a Diretoria, abrir e extinguir filiais, escritórios e depósitos, bem como demais estabelecimentos, em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, obedecendo às prescrições legais. **Artigo 3º -** A Companhia tem como objeto social: a) exploração da pecuária de corte e de leite em todas as suas modalidades em conta própria ou alheia; b) exploração da agricultura em todas as suas modalidades, inclusive silvicultura; c) administração e locação de bens imóveis próprios; d) compra e venda de bens móveis e imóveis próprios; e) exploração da atividade hoteleira; e f) participação em outras sociedade ou negócios afins, a critério da Diretoria. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º -** O Capital Social da Companhia é de R\$ 1.700.000,00, dividido em 1.700.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado em moeda corrente nacional. **§1º -** As ações são indivisíveis e nominativas, conferindo-se a cada uma das ações o direito de um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§2º -** A propriedade das ações nominativas presume-se pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **§3º -** A Companhia poderá emitir títulos múltiplos de ações ou cautelas que as representem, que serão assinados por dois Diretores. **Artigo 6º -** A Assembleia Geral poderá em qualquer tempo, determinar o aumento do capital social, assegurando aos acionistas, preferência na subscrição, proporcionalmente ao número de ações de que forem titulares na ocasião, fixando-se o prazo de 30 dias, após o aviso aos acionistas, como limite para o exercício deste direito. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 7º -** A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em lei, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses subsequentes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do Artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Artigo 8º -** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou, em sua falta, pelas pessoas indicadas de acordo com os Artigos 123 e 124 da Lei 6.404/76, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por presidente e secretário escolhidos entre os acionistas presentes. **Artigo 9º -** As Assembleias Gerais serão convocadas por anúncio publicado na forma da Lei e no qual constarão a Ordem do Dia, ainda que sumariamente, a data, a hora e o local da reunião. **§Único -** Ficará dispensada a convocação desde que se façam presentes à Assembleia Geral, os acionistas representando a totalidade do capital social, cientes da mesma previamente. **Artigo 10º -** O acionista poderá fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **§Único -** A prova da representação deverá ser depositada na sede da Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia. **Artigo 11º -** Para a realização das assembleias gerais, ressalvadas as exceções previstas em lei, instalar-se-á, em primeira convocação com presença de acionistas que representem, no mínimo ¼ do capital social com direito a voto e em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 12º -** Poderá ser nula a Assembleia que não obedecer aos preceitos desse Estatuto e às normas legais vigentes. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 13º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 6 membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato estatutário de 3 anos, podendo ser reeleitos a qualquer tempo por deliberação da Assembleia Geral, designados: 1 Diretor Presidente; 1 Diretor Superintendente; 4 Diretores Sem Designação Especial **§1º -** Findo o mandato, os Diretores permanecerão em seus respectivos cargos, até a eleição da nova Diretoria. **§2º -** Em suas ausências ou impedimentos temporários, os Diretores serão substituídos entre si. No caso de vacância definitiva em decorrência de falecimento, o Diretor remanescente substituirá o de cujus e permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído, acumulando as duas funções. **§3º -** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§4º -** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse no livro próprio, no prazo máximo de 30 dias contados da data de sua eleição. **§5º -** Os membros da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **Artigo 14º -** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais da Companhia e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a tal finalidade, ressalvados os atos de competência da Assembleia Geral, conforme previsto em lei ou neste Estatuto. Compete ainda à Diretoria: a) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; b) fixar normas gerais de administração e superintendência dos negócios sociais, tomando as deliberações que se fizerem necessárias; c) apresentar o relatório anual, balanço geral e demonstração de lucros e perdas, para serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 15º -** A Diretoria reunir-se-á sempre que o interesse social assim o exigir. As atas das Reuniões da Diretoria serão transcritas no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 16º -** A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Superintendente, ou por 2 Diretores em conjunto, ou ainda, por procurador nomeado conforme os Parágrafos Primeiro e Segundo abaixo. **§1º -** As procurações **ad negotia** outorgadas pela Companhia deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente e, em caso de vacância ou ausência, pelo seu substituto e, terão prazo de validade determinado, sendo permitido o subestabelecimento. As procurações **ad judicium** outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente e, em caso de vacância ou ausência, pelo seu substituto e, terão prazo de duração indeterminado, sendo permitido o subestabelecimento. **§2º -** Todos os documentos que importarem responsabilidade ou obrigações para a Companhia, incluindo cheques, ordens de pagamento e outros envolvidos em operações financeiras, deverão indistintamente conter a assinatura isolada do Diretor Presidente ou do Diretor Superintendente, ou ainda, por (2) dois Diretores Sem Designação Especial ou por procurador nomeado na forma do **caput** deste Artigo. **Artigo 17º -** Compete ao Diretor Presidente: a) Responsabilizar-se pela gestão de todos os negócios da Companhia; b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais; c) Representar a sociedade ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele; d) Assinar os títulos representativos do capital da sociedade; e) Hipotecar e penhorar bens móveis e imóveis ou, por qualquer outra forma, onerar ou alienar o patrimônio social, desde que autorizado pela Assembleia Geral. **Artigo 18º -** Compete ao Diretor Superintendente: a) Auxiliar o Diretor Presidente em todas as suas atribuições previstas no Artigo 17º deste Estatuto, bem como substituí-lo por ocasião dos seus impedimentos ou ausências temporárias, ou definitiva em decorrência de falecimento; b) Administrar o expediente relativo às suas funções, determinadas pelo Diretor Presidente, ou em reunião da Diretoria. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 19º -** O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e será eleito e instalado nas hipóteses previstas no Artigo 161, § 2º da Lei nº 6.404/76, pela Assembleia Geral e cada período do funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **§Único -** O Conselho Fiscal, quando eleito e instalado, será composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral. **Artigo 20º -** A competência do Conselho, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes previstos no Artigo 163 da Lei 6.404/76. **Artigo 21º -** A remuneração do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, respeitados os limites estabelecidos em lei. **Capítulo VI. Do Exercício Social e Destinação dos Lucros. Artigo 22º -** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis. **Artigo 23º -** Por decisão dos acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários, para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio que serão objeto de deliberação por meio de Assembleia Geral Extraordinária. **Artigo 24º -** No encerramento do exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei e do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e a contribuição sobre o lucro líquido. **Artigo 25º -** Quanto à destinação do lucro líquido do exercício, serão obedecidas as normas a seguir: I. 5% serão aplicados na constituição do Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% do capital social realizado; II. Pelo menos 25% serão destinados ao pagamento a acionistas, como dividendo mínimo obrigatório; III. O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral, podendo ser distribuído entre os acionistas ou mantido, contabilmente, em conta de lucros ou prejuízos acumulados para futuras destinações ou compensações em resultados futuros. **§Único -** Os dividendos não reclamados dentro de 3 anos, a contar do anúncio de seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo VII. Da Liquidação. Artigo 26º -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação dos acionistas, competindo à Assembleia Geral determinar a forma de liquidação, a nomeação do liquidante e do Conselho Fiscal que deverá funcionar na fase de liquidação. **§Único -** O liquidante poderá ser destituído, a qualquer tempo, pelo órgão que o tiver nomeado. **Capítulo VIII. Das Disposições Gerais. Artigo 27º -** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Lei nº 6.404/76, e demais leis aplicáveis. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, após terem sido inserido o Estatuto na Ata, o Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestasse, suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberta a sessão, a Ata foi lida e aprovada pelos presentes, assinada pelo Presidente, por mim, Secretária, e pelos acionistas abaixo identificados. São Carlos, 30/12/2021. **Raphael Jafet Junior, Presidente, Sada Michel Assad Jafet - Secretária. Acionistas:** Raphael Jafet Junior, Sada Michel Assad Jafet, Fernanda Assad Jafet Holding Ltda., Vera Assad Jafet Kehdi Holding Ltda., DBJA Participações Gestão e Administração de Bens Próprios Ltda., LCR - Empreendimentos e Participações Ltda., Declaramos estar conforme o original.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/09/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal**

